Científic@

Multidisciplinary Journal

e-ISSN 2358-260X

A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

THE CONCILIATION AND MEDIATION AS ALTERNATIVE METHODS OF CONFLICT RESOLUTION IN THE CURRENT BRAZILIAN LAW SYSTEM

Norton Maldonado Dias^{1*}; Camila Isernhagem de Almeida¹

¹ Faculdade de Direito de Sinop (Fasipe) Sinop, MT, Brasil. *maldonadodias@hotmail.com.br

Info

Recebido: 02/2019

Publicado: 10/2020

DOI: 10.29247/2358-260X.2020v7i1.4405

ISSN: 2358-260X

Palavras-Chave

Acesso à Justiça. Conciliação. Mediação.

Pacificação social. Solução de conflitos.

Keywords:

Access to justice. Conciliation. Mediation.

Social Pacification. Conflict resolution.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo estudar os métodos consensuais de soluções de conflitos, quais sejam, conciliação e mediação, como instrumentos de garantias do acesso à justiça, com vistas à pacificação social. Após definido o objetivo da pesquisa, verifica-se o momento de crise pela qual passa a Justiça brasileira. Para tanto, foi utilizado como metodologia o estudo bibliográfico, bem como doutrinas e estudo de campo, para agregar conhecimento prático ao presente ensaio monográfico. Adiante, elaborou-se o referencial teórico com conceituações e conteúdo referentes à mediação e conciliação, analisando seus principais aspectos. Posteriormente, apontou-se às necessidades de um novo

comportamento frente ao tratamento de soluções de conflitos de interesse, que se mostram como métodos mais ágeis e eficazes. Será feita uma análise breve da Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça a qual é uma nova imagem do Poder Judiciário frente ao estabelecimento de prestação de serviço que visa os anseios da sociedade. Por fim, com essa abordagem demonstrou-se as vantagens destes procedimentos para a resolução de uma lide comum e constatou-se que tais formas estão cada vez mais presentes no Brasil, favorecendo assim a própria prestação jurisdicional.

Abstract

This work aims to study the consensual methods of conflict solution, which are conciliation and mediation, as instruments to assure the access to justice, in order to achieve social pacification. After the definition of the study object, there will be verified the moment in crisis that the Brazilian justice system is found in. For such, the methodology chosen was the bibliography study, along with doctrines and field study, in order to aggregate practical knowledge to this paper. Therefore, the theoretical framework was elaborated with concepts and content relating to mediation and conciliation, analyzing its key aspects. Later, the paper pointed to the needs of a new behavior towards treatment solutions of conflicts of interest, which show how more agile and effective methods. A brief review of Resolution 125 of the National Council of Justice will be made, which is a new image of the judiciary against the establishment of service referring to the aspirations of society. Finally, this approach has demonstrated the advantages of the following to resolve a common disagreement and it was found that such forms are increasingly present in Brazil, favoring the very adjudication.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por tema a conciliação e a mediação como métodos alternativos de solução de conflitos.

No início do desenvolvimento do trabalho, faz-se necessária a abordagem sobre a crise existente no Poder Judiciário brasileiro, analisando brevemente, o momento de estagnação da assistência

jurisdicional, e em consequência destaca-se a importância das técnicas alternativas como meios diretos para solução de controvérsias no âmbito.

Diante da morosidade do sistema Judiciário, muitos foram os meios alternativos criados para a solução de conflitos, e dentre eles surgiram à conciliação e a mediação, como métodos mais econômicos, céleres e capazes de se atingir a pacificação social.

Cumprе ressaltar que a pesquisa não visa trazer argumentos para afastar o Estado-Juiz da prestação jurisdicional, mas sim complementar o sistema processual com características peculiares relativa à escolha destes recursos de resolução de disputa. Em virtude disto, ocupa-se em estudar a necessidade de um planejamento para a aplicação ampla dos mecanismos para a obtenção da autocomposição.

Tais mecanismos caminham no sentido de viabilizar o acesso do cidadão à Justiça, e galgar a solução de seu problema através de uma decisão justa e acima de tudo, efetiva. Permitindo aos envolvidos a construção do seu próprio caminho, protegendo, portanto, que a sua pretensão seja realmente satisfeita.

Em sequência, portanto, buscar-se-á uma definição para os institutos de heterocomposição e autocomposição, apresentando as diversas dimensões do conflito e os meios de soluções que podem ser aplicados, identificando as implicações destes.

Dentro deste contexto, após as considerações acima expostas, far-se-á uma abordagem quanto a estruturação da mediação através de sua definição, elucidando a existência dos princípios que embasam e norteiam sua aplicação, bem como apresenta-se as principais características do papel que o mediador deve exercer, e por

consequente, expõem-se as modalidades de mediação que mais se destacam dentre as diferentes situações de litígios.

Dessa maneira, é igualmente importante realizar a análise da estruturação do outro método desta pesquisa, qual seja, a conciliação. Para estimular sua aplicação, o estudo iniciará com a dimensão da autocomposição em relação a conciliação, bem como a conceituação desta. Em sequência, será explanado a conciliação dentro da fase pré-processual e processual, e o desempenho dos agentes que possam vir a conduzir estas fases, tais como os conciliadores e juízes.

O momento se mostra conveniente para destacar a pacificação social como escopo destes mecanismos, apontando suas vantagens e desvantagens, e por fim, versar sobre as diretrizes fundamentais da prática da conciliação e mediação por meio da Resolução nº 125 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.

Este trabalho, portanto, tem por objetivo identificar os reais interesses das partes envolvidas no conflito, bem como estimular o diálogo entre elas para que possam trabalhar em conjunto em uma solução satisfatória para ambas as partes, destacando a mediação e a conciliação como meios de pacificação social.

A Pacificação Social como Escopo da Jurisdição

A jurisdição pode ser compreendida através de três facetas, sendo elas: poder, função e atividade. Ambas exercidas garantem a independência e a imparcialidade do poder estatal, caracterizando-se assim, como garantia constitucional, visto que antigamente, o Direito Processual não se preocupava com a definição de seus fins. Pois foi recentemente que a jurisdição tornou-se uma teoria processual,

abandonando a teoria individualista e adotando os instrumentos que se vinculem ao interesse social.

A jurisdição é considerada, por Cintra,

Grinover e Dina (2009):

[...] é uma das funções do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente buscar a pacificação do conflito que os envolve com justiça. Essa pacificação é feita mediante a atuação da vontade do direito que rege o caso apresentado em concreto para ser solucionado [...].

Outrossim, a jurisdição dá ao poder estatal a capacidade de neutralizar o conflito através da aplicação do direito positivo, ou seja, impor decisões, dando ao juiz a função de promover a pacificação interindividual, através do devido processo, legal cumprindo a função que a lei lhe comete. Neste sentido, Luchiani (2012) doutrina:

[...] o devido processo legal caracteriza-se como garantia constitucional, que abarca sob seu manto outras garantias ou princípios, tais como, a garantia da independência e imparcialidade do juiz, da motivação das decisões, da paridade de armas, do contraditório, da ampla

defesa e da definitividade de suas decisões, coisa julgada [...].

Ocorre, no entanto, que devido a este fato, existe atualmente, grande dificuldade da sociedade em identificar outros elementos passíveis de aplicações na solução de controvérsias, pois com a jurisdição, fundou-se uma percepção de que o Poder Judiciário é a única fonte de soluções de conflito.

Contudo, recentemente a jurisdição, através de uma dimensão “publicística”, conquistou a perspectiva de uma posição autônoma, abandonando a antiga postura individualista e as finalidades voltadas para o instrumento perseguido pelo Estado, dando abertura aos instrumentos de pacificação social, ou seja, atualmente o dever principal da resolução de litígio se deve as próprias partes.

Nesta caminhada, surgiu os chamados “escopos da jurisdição”, com a perspectiva da busca da atuação social, cujo objetivo é a pacificação com justiça, assegurando a parte a liberdade em relação ao poder que deseja exercer, e quando material, os jurídicos realizarão um sistema processual voltado à atuação concreta da lei, em caso de litígio.

Cintra, Grinover e Dinamarco (2009, p. 30), afirma, que “a pacificação é o escopo magno da jurisdição”, ou seja, é uma forma de ordem jurídica justa, propiciando, de forma ampla e profunda, através dos métodos autocompositivos já citados, a aceitação plena do resultado dos envolvidos.

Nessa perspectiva, é importante salientar que o Estado tem incentivado a aplicação destes meios alternativos, agregando benefícios ao processo, através de técnicas voltadas a pacificação, como forma de complemento ao alcance desses escopos. Consequentemente isto permitirá ao juiz maior direcionamento as questões que devem por ele

ser efetivamente decididas, por exemplo, em casos em que as próprias partes não encontram circunstâncias para solução do litígio.

Portanto, pode-se dizer que, através da utilização destas alternativas, o Estado deixa de ser o interventor e provedor geral, permitindo a participação efetiva das partes na solução de seus conflitos, o que fortalece o Poder Judiciário, na medida em que diminui a sua morosidade e se atinge a pacificação social, ou seja, a justiça real.

Tempo da Jurisdição & Tempo da Conciliação: Quanto demora até a Construção da Pacificação?

Indiscutivelmente o tempo se tornou um dos principais elementos quando se trata de um processo, quando sua procedimento se torna lento, passa-se a impressão negativa de que o caso foi abandonado pela justiça.

Outrossim, a demora também está relacionada à fase instrutória, pois alguns processos necessitam de perícias e análises mais complexas, seguindo sempre uma linha procedimental ordinária, porém, esta demanda atende uma enorme variedade de incidente.

De fato, a delonga é prejudicial para as partes do processo, pois enquanto esperam a presteza da atividade jurisdicional, passam por vários tipos de situações, desde a penhora de bens e capitais algumas vezes relacionados em determinados processos, até mesmo criar situações de desvantagens entre a parte mais forte, que pode usar de artifícios para que o adversário se renda.

Neste sentido, Lucon (apud. SILVA, 2013, p.240) observa que:

A presteza da atividade jurisdicional constitui

aspecto fundamental para o acesso à Justiça, pois a demora exagerada na solução de litígios atinge muito mais aqueles que não têm recursos para suportar a demora. O processo passa a ser uma fonte de vantagens econômicas, pois entre adimplir com pontualidade e esperar a decisão desfavorável, ao devedor passa a ser muito mais vantajosa patrimonialmente a segunda opção.

Devido a isso, visando a adequação da efetividade, passou-se a buscar meios que pudessem abreviar o tempo exagerado gasto com uma ação, até mesmo pelo seu formalismo em excesso, sendo esta a motivação para a inovação de mecanismos para a obtenção de um sistema mais célere assegurando uma razoável duração do processo, contribuindo assim na luta para vencer a crise judiciária e o fortalecimento da finalidade maior, a pacificação social.

Nota-se que a concepção da busca dos métodos consensuais de tratamento de conflitos têm sido priorizados, justamente por reduzir o número de litígio, pela obtenção de um formalismo mais breve e de maior fluidez, visto que o profissional, mediador ou conciliador, aplica técnicas próprias que consistem em resolver as questões específicas apresentadas pelas próprias partes:

Nesse sentido, a expectativa é que ocorram mútuas concessões,

aproximando uma solução de conflito de algo que ficaria entre a renúncia, por parte do autor, e o reconhecimento do pedido, por parte do réu, com reciprocidade de direitos e deveres, mutuamente previstos. (SILVA, 2012, p. 243).

Ressalta-se que só haverá diminuição do tempo da demanda se as partes interessadas encontrarem um acordo comum, e para que isto ocorra há a possibilidade da realização de três sessões de conciliação ou mediação, conforme caso específico.

Especificamente no que concerne a conciliação, o objetivo da autocomposição está ligada a bens materiais de transação do direito civil, com a finalidade de prevenir ou terminar o conflito mediante acordo mútuo, com encerramento do feito pelo julgamento de mérito, alcançando significativo nível de satisfação para as partes.

Para Silva (2013, p.279), “a função do conciliador é evitar resoluções distributivas, inserindo nas discussões outros interesses relevantes para as partes, a ponto de mudar o paradigma do jogo de soma zero para o jogo de soma não zero.”

Portanto, em um conflito no qual uma parte sai como ganhadora e a outra como perdedora, é mais disposto a contestação. Visto que, quando é possível uma vitória para ambos, ocorre a vitória do conflito específico de cada um.

Cumprir finalizar que as questões ligadas ao tempo, em apenas uma sessão de conciliação é possível detectar se há a real possibilidade de uma construção de um acordo entre os interessados ou

não, devido ao norte tomado pelo condutor, o qual seguirá a linha do comprometimento, da imparcialidade e da neutralidade.

Pacificação Social como escopo da Jurisdição

O escopo principal relacionado a mediação e a conciliação, é a solução dos conflitos de forma pacífica, sem entrar no monopólio da jurisdição, fazendo com que as partes litigantes resolvam completamente suas lides, mediante sensatez e compreensão.

Embora haja por meio do Estado a pretensão de pacificação social, infelizmente há muitos obstáculos ao seu acesso, especialmente devido ao custo, delonga e a carregadas técnicas, o que limitam mais ainda a busca de justiça em órgãos estatais.

Por outro lado, as soluções autocompositivas e heterocompositivas proporcionam uma justiça reformadora, as quais possuem maior domínio do problema que implica as pessoas envolvidas. Neste sentido, afirma Calmon (2013, p.142):

[...] esse é o alvo maior dos mecanismos para abtenção da autocomposição: resolver o conflito de forma ampla e profunda, com plena aceitação do resultado pelos envolvidos, pois em regra eles mesmos o fixam conforme suas reais possibilidades de adotá-los.

Frisa-se que o objetivo não é sobrepor a justiça estatal, mas apresentar à população a diversas possibilidades existentes que também são adequadas para a elaboração de uma ordem com objetivo maior de facilitar o acesso à justiça. Calmon (2013, p. 143) acrescenta ainda as vantagens deste meio:

[...] i) reduzir a inflação processual; ii) reduzir o custo e demora dos processos; iii) promover sua efetiva qualidade; iv) proporcionar à sociedade alternativas para a solução de conflitos, de forma a que haja opção entre os diversos meios e mecanismos; v) proporcionar a justiça restauradora e a efetiva pacificação social; vi) proporcionar alternativas adequadas a cada tipo de conflito, racionalizando a distribuição da justiça; viii) incrementar a participação da comunidade na solução dos conflitos; viii) facilitar o acesso à justiça; ix) proporcionar meios de solução para a litigiosidade contida (recuperação de controvérsias); x) proporcionar a mais adequada informação do cidadão sobre os próprios

direitos e sua orientação jurídica.

Nesse contexto, a qualidade da aplicação dos métodos autocompositivos consiste no conjunto de características necessárias, dentro das condições éticas, para exceder as expectativas e necessidade do usuário.

Assim, os chamados escopos conduz, principalmente, à efetivação da pacificação social esperada de um determinado ordenamento jurídico, eliminando conflitos mediante critérios justos. E através de sua aplicação, consequentemente conscientiza a população de seus direitos e deveres.

Vantagens e desvantagens

Aponta-se que os conflitos interpessoais apresentam aspectos positivos e negativos. A visão deste trabalho é demonstrar a importância da utilização dos métodos autocompositivos, porém em contrapartida observar algumas desvantagens decorrentes principalmente da falta de investimento em tal método e de conscientização.

Quando se fala que a utilização de tais métodos somente é utilizado para desafogar a crise da justiça estatal, há um equívoco de informações, visto que em termos técnicos isto é uma consequência, porém seu objetivo principal é em termos relacionais e pessoais, buscando a satisfação para o que se entende e se busca na justiça, o equilíbrio pacífico.

É preciso ter em mente que há inúmeras vantagens desse mecanismo para a obtenção de resultado, porém, ressalta-se novamente, que jamais se deve pensar em um Judiciário desprovido de funcionamento, mas a proposta é que se chegue a ele somente processos de maior complexidade:

[...] as inúmeras vantagens de uma sistema de mecanismos para a obtenção da autocomposição, são de natureza diversificada, atingindo não só os envolvidos nos conflitos, que passam a contar com várias alternativas para sua solução, como, igualmente, os que se mantêm com suas causas no Poder Judiciário, mas, igualmente todo o universal social, pois a pacificação de um só conflito não é um fenômeno isolado, mas carrega consigo força e energia capaz de proporcionar sua universalização. (CALMON, 2013, p.144).

Pelas inúmeras vantagens obtidas através de um mecanismo compositivo, há a necessidade de se preservar e perpetuar todos os meios distintos de forma de solução de conflitos, proporcionando um sistema diversificado, a fim de atender a limitação existente pelo outro, para que a escolha do caminho percorrido advenha da envolvido, observada a natureza conflitante.

Vistos, com a obtenção dos mecanismos de mediação e conciliação, é possível alcançar a amplitude de três resultados exitosos, quais seja a celeridade, o baixo custo e a eficácia, bem como atingir menor grau de efeito danoso.

A adoção destes meios alternativos é opção livre dos envolvidos, dando a eles a oportunidade de conhecer os mecanismos que serão utilizados, visando demonstrar a importância da utilização de tal método para se obter um resultado benéfico.

As evidentes vantagens da adoção dos meios alternativos na solução dos conflitos, segundo a concepção de Calmon (2013, p.146), “em geral apontam-se pela rapidez, confidencialidade, informalidade, flexibilidade, economia, justiça e maior possibilidade de pacificação social”.

Em contrapartida, as críticas relacionadas as desvantagens se dão através de:

[...] desequilíbrio de poder entre os envolvidos, a ausência de aconselhamento profissional do advogado e aplicação dos meios alternativos somente no que corresponde ao processo judicial de conhecimento (exigindo atuação judicial posterior para a execução e cumprimento de eventuais medidas cautelares. (op. cit.)

Estas críticas procedentes relatadas à prática destes métodos, não estão interligado ao mecanismo em si, mas sim na sua má aplicação. Pois, a partir da adoção de variados mecanismo, a solução é opção livre das partes, e quando se tem o conhecimento da efetiva satisfação, o resultado consequente é positivo.

Por isso, é necessário que seja feito considerações aos envolvidos em relação ao

procedimento do mecanismo que será utilizado. Pois, a partir de um mal resultado (quando a parte não está disposta a aceitar a autocomposição), o futuro processo judicial pode ser prejudicado:

Sua adoção pode trazer vantagens ou desvantagens, a depender do caso e da situação do envolvido. O certo é que, sendo um sistema múltiplo e optativo, sempre que adotado há de proporcionar vantagens aos envolvidos e, indiretamente, a toda sociedade, que torna-se mais saudável à medida em que seus conflitos são efetivamente resolvidos. Mais certo, ainda, é que a autocomposição proporciona melhor adequação dos envolvidos com a solução do conflito. (CALMON, 2013, p. 147)

O importante é que as partes não saiam com a sensação de perda, e com as técnicas de reflexão, os ânimos exaltados diminuirão, visualizando uma outra forma de resolução ou solução dos conflitos.

Resolução nº 125 e seus objetivos

Em 29 de novembro de 2010, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça, à época presidido pelo Ministro César Peluso, aprovou a Resolução nº 125/CNJ. A referida Resolução dispõe sobre a Política Nacional Judiciária de tratamento adequado

dos conflitos e interesses no âmbito do Poder Judiciário:

Artigo 1º da Resolução 125 - Fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. Parágrafo único. Aos órgãos judiciários incumbe, além da solução adjudicada mediante sentença, oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial aos chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010).

Devido a atual circunstância de estagnação do Poder Judiciário em relação à tutela jurisdicional prestada, métodos como a conciliação tem ganhado espaço no mundo jurídico, por se mostrar um mecanismo consensual eficiente nas soluções de conflito:

A criação de uma resolução do Conselho

Nacional de Justiça, que dispõe sobre a conciliação e a mediação, partiu de uma premissa de que cabe ao judiciário estabelecer a política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses resolvidos no seu âmbito, seja por meios heterocompositivo, seja por meios autocompositivos (AMORIM,2012, p.281).

Logo, nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça partiu de uma premissa que cabe ao Judiciário tratar os conflitos de interesses disposto no seu âmbito, por meio heterocompositivo ou autocompositivo.

Com isso, houve um estímulo para que se organizassem, através da prevenção, as demandas com atividades pré-processuais de conciliação e mediação:

Desde a década de 90, houve estilos na legislação processual à autocomposição, acompanhada na década seguinte de diversos projetos piloto nos mais diversos campos da autocomposição: mediação civil, mediação comunitária, mediação vítima-ofensor (ou mediação penal), conciliação

previdenciária, conciliação em desapropriações, entre muitos outros. (op. cit.).

Oportuno destacar que tal criação de política pública deve garantir decisões justas, favoráveis e eficientes que complementem o sistema instrumental, em casos de processos heterocompositivo judicial em que não se atingia tais metas.

E assim, inicia-se uma procura por um Judiciário mais forte, eficaz e garanta a efetivação do acesso à justiça a todos os cidadãos jurisdicionados, utilizando mecanismos consensuais de solução de conflitos, tais quais a conciliação e a mediação:

No âmbito federal, exigia-se a criação de uma política pública voltada para a informação e divulgação da mediação e dos métodos alternativos de solução de conflitos em geral. Isso porque os métodos alternativos de solução de conflitos estavam se desenvolvendo sem qualquer planejamento e coordenação, o que poderia levar ao descontrole, à superposição de tarefas e ao desperdício de energia, resultando no não atendimento do escopo maior, que é a solução de

conflitos. (LUCHIARI, 2012, p.81).

Desta forma, o Poder Judiciário passou a solucionar os problemas levando em consideração os interesses pleiteados de modo mais eficaz, com maior satisfação e menor prazo, visando os meios efetivos de resolução de conflitos:

Movimentos de estímulo à conciliação, à mediação e a desjudicialização de procedimentos são benéficos se permitem uma solução de salvaguarda o núcleo essencial da função jurisdicional: pacificação com Justiça. Justamente por isso coaduna-se com o acesso à justiça e institucionalização dos meios consensuais, pois perpassam por universalização, celeridade e adequação (SILVA, 2013, p. 326).

Conclui-se que o objetivo maior do Conselho Nacional de Justiça foi alcançado, sendo que ficou a cargo do próprio Conselho Nacional de Justiça a implementação desta política pública, voltada para o tratamento e para a solução de conflitos de interesses, incentivados pelos métodos autocompositivos de solução de conflitos:

Há quem entenda que a introdução dos meios consensuais no sistema de justiça enseja o enfraquecimento do

ordenamento jurídico, pois a equidade é uma das bases constitutivas utilizadas na construção do consenso. Contudo, a ruptura da legalidade nas resoluções consensuais de equidade está limitada ao próprio positivismo jurídico, que restringe a liberdade e a autonomia exercidas pelas partes. Evidentemente, não podem contrariar as normas cogentes. (SILVA, 2013, p. 334).

É importante deixar claro que a instauração dessa nova política de tratamento dos conflitos através das vias conciliatórias, não significa mitigar a atuação e a importância dos juízes togados e suas sentenças. Pelo contrário, a intenção é contar com mais opções para melhor se trabalhar os conflitos, ajustando a cada caso concreto aquele método que melhor atenda os interesses das partes.

Dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

A criação dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos foram criados com a finalidade de fomentar a solução de conflitos através de outros mecanismos, especialmente os consensuais, tema deste trabalho, a mediação e a conciliação, consolidando o acesso à justiça de forma justa e célere, com ênfase a eficiência da administração da Justiça, disseminando uma nova cultura: a pacificação social.

O artigo 7^a da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, criou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, que é composto por magistrados da ativa ou aposentados, e servidores do Tribunal de Justiça de cada Estado, que devem ter experiência em métodos consensuais de solução de conflitos:

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, é o responsável pelo planejamento, pela implementação, pela manutenção e pelo aperfeiçoamento de ações voltadas ao cumprimento da política pública e suas metas, exercendo uma função eminentemente política, pois atua na interlocução com outros tribunais, com as entidades de ensino, com a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, com a Defensoria Pública, com as Procuradorias, com o Ministério Público e com o Poder Executivo. (LUCHIARI, 2012, p.89).

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, atua ainda na capacitação de magistrados e servidores que se encontram gerindo os processos autocompositivos, capacita também os conciliadores e mediadores, que podem ser servidores dos tribunais ou, voluntários externos.

Compete ainda ao Núcleo instalar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, e além disso, planeja a implantação dessa política dessa política pública no respectivo tribunal:

Todavia, espera-se que progressivamente os tribunais tenham Núcleos cada vez mais atuantes, com cada vez mais Centros e estes por sua vez com um número cada vez maior de conciliadores e mediadores de excelência. Por outro lado já houve significativa mudança nos tribunais. Percebe-se o crescente número de magistrados que verdadeiramente acreditam que a autocomposição seja a principal política pública do judiciário para a solução efetiva de conflitos (AMORIM, 2012, P. 288).

A resolução 125/2010 proporciona novas perspectivas para uma política judiciária que implante os meio de solução de conflitos autocompositivos na busca de uma maior assistência à cidadania, em todas as comarcas do país:

Artigo 2º da resolução 125 - Na implementação da Política Judiciária Nacional, com vista à boa qualidade dos serviços e

disseminação da cultura de pacificação social, serão observados: centralização das estruturas judiciárias, adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores, bem como acompanhamento estatístico específico.

Nota-se, que a grande preocupação do Conselho Nacional de Justiça é a pacificação social, o acesso à justiça e a satisfação do usuário.

Portanto, com estas inovações da resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça será possível redefinir o papel do poder judiciário, garantindo a todos os jurisdicionados o acesso à justiça, a intenção é estabelecer uma nova face do judiciário para que seja uma instituição onde as pessoas buscam e encontram solução para seus conflitos.

Centros judiciários de solução de conflitos e cidadania

Os centros judiciários de solução de conflitos e cidadania são unidades do Poder Judiciário, onde são realizadas sessões e audiências de conciliação e mediação, que são presididas por conciliadores e mediadores.

Aos Centros, conforme o disposto no art. 8º, caput, da resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, cabe a realização das sessões e audiências de conciliação e mediação a cargo de conciliadores e mediadores, de forma a atender os Juízos, Juizados e Varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais

Cíveis e Fazendários, bem como prestar atendimento e orientação aos cidadãos:

O artigo 8º da resolução 125 - Para atender aos Juízos, Juizados ou Varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais Cíveis e Fazendários, os Tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo dos conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação do cidadão. § 1º Todas as sessões de conciliação e mediação pré-processuais deverão ser realizadas nos Centros, podendo, excepcionalmente, as sessões de conciliação e mediação processuais ser realizadas nos próprios Juízos, Juizados ou Varas designadas, desde que o sejam por conciliadores e mediadores cadastrados

junto ao Tribunal (inciso VI do art. 7º) e supervisionados pelo Juiz coordenador do Centro.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania tiveram sua origem no Direito norte-americano, onde era denominado como multiportas, que tinha o sentido de que o usuário tinha várias opções de acesso à justiça:

Na criação dos “Centros”, foram utilizados como parâmetros o gerenciamento do processo e os Setores de Conciliação e Mediação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e o Fórum de Múltiplas Portas ou Tribunal de Multiportas (Multidoor Courthouse) do Direito norte-americano. (LUCIARI, 2012, p.92).

Assim, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania tornam-se um fator estruturante do acesso à justiça por parte dos jurisdicionados, são instrumentos para a abrangência das soluções dos conflitos existentes na sociedade.

Os jurisdicionados ao procurarem os Centros, recebem um atendimento inicial, no qual será identificada qual a natureza do conflito e a via adequada para solucioná-lo, sempre levando em consideração a tentativa de composição entre as partes. Se o atendimento encontrar-se na fase pré-processual, será obrigatória a realização de uma

audiência de conciliação ou mediação, se esta sessão de mediação ou conciliação for exitosa, o acordo será homologado pelo juiz coordenador do Centro:

Assim, cabe aos juízes coordenadores dos “Centros” a fiscalização e a orientação dos servidores responsáveis pela triagem dos casos, bem como o acompanhamento da capacitação e da atuação de conciliadores

e mediadores, e sua seleção, com a inclusão e a exclusão do cadastro do respectivo Tribunal, sendo necessário, portanto que conheçam não só o funcionamento dos “Centros”, com seus procedimentos, mas também a conciliação e a mediação com certa propriedade.

(LUCIARI, 2012, p.114).

Entretanto, se a demanda já tiver sido judicializada, ou seja, se já tiver sido iniciada a fase processual em juízo, ainda assim, poderá ser encaminhada pelo magistrado para a tentativa de composição entre as partes. Se, não houver acordo o processo volta para a vara de origem e aguarda a sentença:

Uma vez obtido o acordo, será homologado por sentença, após a manifestação do representante do Ministério Público, se for o caso, com registro em livro próprio, mas sem distribuição. E ainda, o termo do acordo será arquivado em meio digital e os documento, restituídos aos interessados. Não obtido o acordo, os interessados serão orientados a buscar a solução do conflito nos Juizados Especiais ou na Justiça Comum (LUCHIARI, 2012, p.116-117).

O acordo feito nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, tem valor de título executivo judicial.

Assim, verifica-se que os Núcleos e o Centros caminham juntos, e os trabalhos realizados por cada um deles devem se completar de forma a cooperar para o acréscimo em uma política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos e interesses no âmbito regional.

A resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça incide com os anseios da sociedade atual, de forma que se deve observar todos os aspectos, para que essa proposta incentive a conciliação. Seguindo os princípios da resolução 125, o país passará por uma intensa mudança em sua cultura jurídica,

substituindo a cultura da solução conferida por uma sentença por uma cultura de pacificação.

CONCLUSÃO

Através das considerações realizadas no decorrer do trabalho, permitiu-se afirmar que o conflito é algo inevitável, sendo que sua inexistência é praticamente impossível dentro de uma sociedade. Isso se leva a conclusão de que é indispensável buscar caminhos, a fim de proporcionar ao indivíduo e a sociedade, métodos que solucionasse tal situação. Nesse sentido, os meios utilizados para a resolução de discórdias foram apresentados: a autocomposição e a heterocomposição.

Diante disto, a aceitação na utilização dos métodos alternativos de solução de conflitos tem objetivo o crescimento considerável, visto a ineficiência da prestação jurisdicional, em especial a mediação e a conciliação. Isto se deve a celeridade e eficiência apresentadas nestes procedimentos, fazendo-se necessário a consciência de que o tema seja reconhecido, valorizado e incentivado, a fim de se criar uma política nacional e universal para sua devida aplicação.

Desse modo, foi possível visualizar a diferenciação entre os meios extrajudiciais de solução de conflito, nos quais se dá, justamente, no terceiro envolvido, ou seja, na mediação de conflitos, o mediador atua como facilitador da resolução do problema, contribuindo para o restabelecimento ou manutenção da comunicação entre as partes para que se possam chegar à solução da controvérsia que gerou o conflito. Por sua vez, o conciliador é quem conduz e orienta as partes na elaboração do acordo, opinando e propondo soluções.

A mediação como forma eficaz e justa de solução de conflitos no âmbito do poder judiciário. Eficaz e justa, pela justificativa de que, aqui, mesmo

existindo a figura de um terceiro imparcial, a este cabe apenas o direito de assistir as partes, mas não exprimir opiniões, fazendo com que a clareza chegue aos litigantes de forma livre e não opositiva.

Com o instituto da conciliação o judiciário conseguiu aderir uma personalidade mais conciliatória e menos litigante, no qual, por meio de um conciliador que dá opiniões e determina o rumo do processo, as partes consigam se entender e chegar a um consenso simples e rápido o qual possivelmente levaria anos para ser sanado e talvez de forma irregular.

Logo, conclui-se que por destes instrumentos o principal embasamento se dá, através do princípio da decisão informada, que estabelece as partes a legitimidade para a resolução da disputa, isto é, as partes não só solucionam o conflito específico, como assimilam a situação na forma de um aprendizado, dificilmente vindo a cometer o mesmo erro. Desta sorte, promove-se não só a solução de litígios, mas o controle social influenciando não só na melhora do direito, mas da sociologia e psicologia.

Importante ressaltar que estes métodos devem ser entendidos como uma complementaridade ao Poder Judiciário, e, por via reflexa, desobstruí-lo em combate a crise por ele atravessada, assim, sua proposta não é minimizar a importância dos magistrados e suas sentenças, mas inserir variadas possibilidades de se utilizar novos meios que melhor se ajustem as partes.

Vale ressaltar, portanto, que a criação e regulamentação da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabeleceu diretrizes fundamentais para a prática da conciliação e mediação no âmbito do Judiciário, como incentivo às soluções extrajudiciais através de uma estrutura voltada para o atendimento de pessoas envolvidas em conflitos possíveis de serem resolvidos por meios adequados à

sua natureza e peculiaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 03 de setembro de 2014;
- _____. *Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Código Civil Brasileiro*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2014;
- _____. *Lei Complementar 851 de 9 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o Sistema de Juizados Especiais e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.apmp.com.br/juridico/quintapjcri/legis/185198.htm>>. Acesso em: 10 de novembro de 2014;
- _____. *Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2014;
- _____. *Lei n. 5.869 de 11 de janeiro de 1.973 – Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm>. Acesso em: 24 de setembro de 2014;
- _____. *Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2012.. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências*. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em 05 de setembro de 2014;
- CALMON, Petronio. *Fundamentos da mediação e da conciliação*. 2ª. ed. – Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2013;
- CINTRA, Antonio Carlos Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; e GRINOVER, Ada Pellegrini. *Tercia Geral do Processo*. 25ª ed. – São Paulo: Malheiros, 2009.
- LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagasta. *Mediação judicial: análise da realidade brasileira: origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça/ – Rio de Janeiro: Forense, 2012;*